

VISÃO DO CORREIO

Queda do IDH e os desafios pós-pandemia

Em 5 de maio do ano passado, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da covid-19 como emergência pública, encerrando a condição de pandemia que as nações enfrentavam. Mas a doença não foi extinta e, muito menos, os efeitos danosos provocados pela infecção nos meses em que o mundo ficou paralisado diante da avalanche de casos e mortes. No Brasil, o coronavírus derrubou a expectativa de vida, a frequência escolar e a renda do trabalhador.

Entre 2020 e 2021, a esperança de vida da população caiu de 76 para 74 anos. A presença nas salas de aula de crianças e jovens entre 6 e 14 anos passou de 99,27% para 98,84%. Já a renda per capita saiu de R\$ 814 para R\$ 723. Os dados estão no relatório divulgado nesta terça-feira pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Essa realidade determinou o recuo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) — índice brasileiro que segue as mesmas dimensões do IDH Global — em pelo menos seis anos em 2021: 0,766, patamar próximo ao de 2015, quando ficou em 0,765.

As perdas humanas e materiais marcam as famílias, as cidades, os estados brasileiros. Conforme consta do documento, o retrocesso "pode ser visualizado, de forma mais significativa, em um conjunto de estados das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul". Ao todo, entre 2019 e 2021, em seis estados o índice passou do nível alto para o médio: Pará, Bahia, Paraíba, Piauí, Roraima e Amapá. Quando analisados outros quatro, a queda foi da posição de muito alto para alto — Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A retomada social e econômica vem ocorrendo e apresentando sinais animadores, com o curso da sociedade voltando ao considerado normal. Porém, algumas situações se transformaram em desafios para as pessoas, as empresas e os governos. A regressão do IDHM escancara justamente os pontos sensíveis que necessitam de intervenções.

A crise sistêmica implantada pela covid-19 atingiu dimensões do desenvolvimento de maneira abrupta, porém é preciso implementar medidas eficientes de recuperação. O reparo na área educacional, por exemplo, é urgente. Alunos de todas as etapas tiveram o aprendizado prejudicado, e um número preocupante abandonou os estudos. Resgatar essas crianças e jovens é uma tarefa que as prefeituras e os governos estaduais precisam cumprir com eficiência. A defasagem decorrente do fechamento das instituições de ensino durante a pandemia é outro fator que precisa ser combatido. Com planejamento dos programas das disciplinas, ampliação da carga horária e oferta de aulas de reforço, é possível avançar e superar o atraso.

No mercado de trabalho, as dificuldades são anteriores ao coronavírus, porém foram agravadas com o confinamento. A retomada dos negócios e das oportunidades ocorre gradativamente, e indicadores mostram a retomada. O brasileiro tem conseguido se levantar do tombo, no entanto, diferenças continuam marcantes. As variações de rendimento das famílias entre as cidades e os estados são significativas, dificultando o crescimento do país. As políticas de incentivo e de amparo precisam mirar no combate à desigualdade social, um desafio complexo que exige união de esforços.

O Brasil só vai obter conquistas relevantes — que resolvam as dívidas criadas antes e durante a pandemia — se diversificar sua produção, levar em conta a transição ecológica, lidar com o envelhecimento da população e investir na preparação dos jovens, além de estabelecer ações públicas eficazes na educação, saúde e segurança. Os desajustes provocados pela pandemia foram grandes e visíveis. Agora, um ano após o fim da emergência sanitária, é fundamental propor soluções que promovam melhorias duradouras e que levantem o IDH. O país precisa recuperar a educação, garantir a qualidade e a expectativa de vida, assegurar trabalho digno e bem remunerado. A pandemia passou, e os tempos difíceis no Brasil também precisam ser superados.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Imposto de Renda

Foi anunciado pela Receita Federal que dia 31/05 encerra o prazo para prestar contas às garras do Leão. Esse ícone do reino animal já fala por si só: demonstra força, posições autoritária e vertical, seus rugidos são tidos como um dos mais assustadores na selva, uma vez que o leão sempre vive à procura de suas presas. E, assim, observamos que as pessoas físicas que receberam, em 2023, acima de R\$ 30.639,90 são obrigadas a prestar contas ao faminto Leão. Em anos anteriores, essa base de cálculos era a partir de R\$ 28.559,70. Na prática, vemos que há uma dicotomia crescente entre o que se promete na campanha eleitoral e o que é armado nos bastidores da política nacional. Entre os contribuintes obrigados a declarar, estão as pessoas físicas e jurídicas. Aquelas, historicamente, são as que mantêm os equilíbrios do Fisco. Contudo, estas são as que, em sua maioria, dão os famosos jetinhos brasileiros quando vão prestar contas ao Leão. De fato, a engenharia de fiscalização fica complicada quando a própria fonte de rendas das empresas, principalmente de médio e grande portes, são as que declaram. E para o Fisco ter luz de fidelidade nos resultados dos faturamentos brutos e lucros obtidos de empresas no exercício de 2023 ou em anos anteriores, acaba sendo uma equação secular e muito difícil de ser solucionada. Enquanto isso, observamos que gordas fatias de impostos pagos, que mantêm o Leão num certo conforto, são oriundas dos impostos de rendas de pessoas físicas. Ficamos na torcida para que as empresas, principalmente as que têm faturamentos de milhões e bilhões de reais, contribuam de forma proporcional a seus altíssimos lucros, em conformidade e à luz da legislação fiscal.

» Antônio Carlos Sampaio Machado

Águas Claras

Semáforos

Em cidades médias brasileiras, temos os semáforos com temporizador. Mais modernos, evitam atropelamentos e a indústria das multas, pois sinalizam em contagem regressiva o tempo para o motorista e o pedestre. Infelizmente, em Brasília, os sinais de trânsito são da década de 1960. Não há interesse em modernizá-los e evitar atropelamentos e acidentes ou a intenção é mesmo multar ou beneficiar as empresas de manutenção? Ante a total inércia, omissão, ineficácia do Detran, que se limita apenas a recolher multas e taxas — inclusive a de licenciamento (totalmente imoral e ilegal) sem ao menos enviar os boletos pelos Correios —, há que se perguntar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios (TCDF/TF), à Câmara Legislativa e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) se já analisaram o assunto e se interessaram por esse tema. Não existe qualquer explicação, a não ser as suspeitas, em não se adotar nas ruas do DF sinais com temporizadores, mais modernos e seguros para todos.

» Erica Maria Holanda

Asa Sul

Rio Grande do Sul

Minha alma sangra junta com a tristeza dos gaúchos. Chuvas de ram tréguia, mas o cenário de destruição permanece desolador e brutal. Porto Alegre e muitas outras cidades seguem alagadas. O Estado faliu. Empresários clamam por ajuda. De pires nas mãos. Bares e restaurantes sobreviventes das enxurradas anunciam promoções com descontos atrativos. É o desejo do reencontro. O gaúcho é bravo. Sabe que dor não se aplaca sem luta. Calendário dos horrores anuncia um mês da tragédia climática. O rescaldo do que restou é assustador. Mortos e desaparecidos caminham juntos em desenfreada tortura. A leptospirose aumenta sem piedade. Garças resolveram aparecer na lama e no barro, em busca de peixes. A burocracia sufoca quem procura auxílios do governo. O oceânico sofrimento estancou o choro.

» Vicente Limongi Netto

Lago Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Mais de 52°C na Índia. Mais um recorde de calor e mais um alerta para nós, humanos, de que a crise climática é o principal problema a ser resolvido no mundo. Virou questão de sobrevivência!

Marlon C. Barros — Cruzeiro

Em Anápolis, já não tem mais cobrador. Certeza de que os cobradores do DF vão perder seu emprego também depois do pagamento eletrônico das passagens.

Nelvina S. Santos — Goiás

Elevam impostos no país, sucatearam a indústria. A consequência é a falta de competitividade dos produtos nacionais. A pessoa que consegue empreender e sobreviver neste país é um herói.

Rafael Bastos — Bahia

Com base nos atuais conflitos/agressões em Ucrânia, Iêmen, Palestina e Japão, o homem, definitivamente, não abre mão da autodestruição. Por isso, conclamo que mulheres e gays se unam e assumam o protagonismo de comando do planeta, salvando-nos de uma idiota eliminação precoce.

Mauro Evangelista Duarte — S. Hoteleiro Norte

Com o aval do Congresso, no Brasil todo dia é primeiro de abril.

Abrahão Ferreira do Nascimento — Águas Claras



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

O grande desafio do RS

Maio de 2024 tem hoje o seu epílogo. Um mês que entrou para a história do Brasil e, principalmente, do Rio Grande do Sul. Afinal, ruas permanecem alagadas há mais de 30 dias na capital gaúcha. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram cenas inacreditáveis em uma Porto Alegre urbanizada, bem diferente daquela atingida pela enchente de 1941. Temos visto jacarés nadando nas ruas e garças pegando peixes em uma das principais avenidas da cidade.

Pelo que indica a previsão do tempo, os próximos dias serão de muito sol, sem risco de chuvas fortes, o que é um alento para o povo gaúcho. Com isso, o recuo das águas do Guaíba vai permitir perceber o tamanho do prejuízo deixado pela maior enchente da história. Três estações de trens urbanos, por exemplo, estão destruídas e só vão abrir para o público novamente em 2025. O aeroporto Salgado Filho, o maior da Região Sul, ficará com as operações suspensas pelo menos até a segunda semana de agosto. Ruas esburacadas com o asfalto destruído pela força das águas são realidade na maioria dos bairros. É fato que a mobilidade urbana ficará comprometida por um bom tempo.

Assim, reconstrução será a palavra de ordem a partir de agora. E os entes públicos estarão diante de um grande desafio: evitar o êxodo em massa da população para outras regiões do país. Ao analisarmos

os dados do IBGE, percebemos que o Rio Grande do Sul teve o menor crescimento populacional do país nas últimas duas décadas. Além disso, houve saldo migratório negativo de 700 mil pessoas. Com baixos percentuais de emigrantes, o estado vê muita gente saindo para tentar a vida em outras unidades da Federação. O resultado dessa conta é a menor taxa líquida migratória fora do Nordeste brasileiro.

A esse cenário se soma a tragédia climática. Cidades na região do Vale Taquari estão devastadas e milhares de famílias seguem desabrigadas. É preciso dar estímulos para que os moradores possam recomeçar a vida no local, em uma área segura nos municípios atingidos. Se reter e atrair mais pessoas já era um desafio-chave, dado o perfil demográfico do Rio Grande do Sul, a decisão de ir embora pode tornar ainda mais dolorosa a missão de reerguer o estado.

A união de esforços dos governos local e federal, da sociedade civil e do setor privado será fundamental para garantir um futuro promissor ao povo gaúcho. As inundações de 2024 lançaram o alerta sobre os perigos das mudanças climáticas e a necessidade urgente de adaptação. O Rio Grande do Sul, como outras regiões do Brasil e do mundo, precisa investir em medidas de mitigação e prevenção para reduzir os impactos cada vez mais frequentes e severos dos eventos climáticos extremos.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em dinheiro terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br